

POLÍTICA | IMPEACHMENT EM MONTENEGRO

# Prefeito é afastado do cargo

**CÂMARA DE VEREADORES** aprova a cassação do mandato de Azeredo depois de irregularidades na construção de uma ciclofaixa no município

VANESSA KANNENBERG  
vanessa.kannenberg@zerohora.com.br

**P**or oito votos a favor e dois contrários, a Câmara de Vereadores de Montenegro, no Vale do Caí, aprovou ontem o impeachment do prefeito Paulo Azeredo (PDT). O vice-prefeito, Luiz Américo Alves Aldana, que está sem partido, foi empossado no lugar. Em 142 anos, é a primeira vez que o município tem o mandato do chefe do Executivo cassado. Azeredo ficará inelegível por oito anos. Mas ainda pode recorrer da decisão na Justiça.

O processo de impeachment foi aberto por supostas irregularidades na construção de uma ciclovia (*confira quadro*). No domingo, o então prefeito havia ingressado com mandado de segurança sob

o argumento de que não fora intimado sobre a sessão. A Câmara entrou com agravo no Tribunal de Justiça, que foi julgado na madrugada de ontem e conseguiu garantir a realização da sessão.

Para o presidente da Câmara, Márcio Müller (PTB), a sessão foi tranquila, “mais do que a noite anterior”, com a “correria” na Justiça para garantir a votação. Müller confirmou que dois dos três vereadores do PDT do município votaram pelo impeachment do colega de legenda:

– Eles votaram a favor do município, a favor do cumprimento da lei, para o bem da cidade.

O presidente do PDT estadual, deputado federal Pompeo de Mattos, acompanhou a votação em Montenegro. No Twitter, declarou que o impeachment do prefeito é “um absurdo jurídico”.

## CONTRAPONTO

### O QUE DISSE PAULO AZEREDO

Afirmou que vai “tomar todas as medidas cabíveis” para retomar o cargo, argumentando que as acusações são “falsas” e que o processo de impeachment seria uma jogada com fins políticos:

– Estou tranquilo, porque foi uma ação lícita. A ciclovia estava prevista no orçamento e fazia parte do plano de mobilidade da cidade. Desviamos o percurso para melhorar a ligação dos bairros, mas está tudo dentro da lei.

Ele ainda alegou que estava trabalhando no interior do município quando o agente de Justiça não o encontrou para ser intimado para o julgamento e que isso ocorreu depois do expediente da prefeitura, ou seja, após as 16h30min.

## AS RAZÕES DA INTERRUÇÃO DA GESTÃO

Em 26 de fevereiro, um eleitor de Montenegro protocolou denúncia na Câmara, pedindo a abertura de um processo de impeachment contra o prefeito Paulo Azeredo (PDT).

O eleitor justifica que, em janeiro, a prefeitura deu início à implantação de ciclofaixa na pista central da Rua Capitão Cruz, uma das principais vias da cidade, sem respeitar os processos previstos em lei, como realização de projeto técnico e aquisição de materiais sem licitação, nem o plano cicloviário municipal, pelo qual a ciclofaixa não poderia passar pela Capitão Cruz.

Parecer da Câmara indicou a perda de mandato em razão de construção de ciclovia sem parecer do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, sem ter projeto técnico prévio, tampouco responsável técnico pelo projeto/execução da obra devidamente cadastrado no conselho profissional competente, em descumprimento ao plano diretor e em local onde passará a canalização da futura estação de tratamento de esgoto. Além disso, compra de “tartarugas” ou “calotas” mediante indevida dispensa de licitação.



Azeredo em meio a obra que motivou o processo de seu afastamento